

MUSEU DA VIDA | CASA DE OSWALDO CRUZ | FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

CASA DA CIÊNCIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FUNDAÇÃO CECIERJ

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA, DA
TECNOLOGIA E DA SAÚDE.**

RONDELLY SOARES CAVULLA

PARQUE PALEONTOLOGICO SÃO JOSÉ DE ITABORAI:

UMA PROPOSTA PARTICIPATIVA

Rio de Janeiro, janeiro de 2010

RONDELLY SOARES CAVULLA

**PARQUE PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABOBRAÍ:
UMA PROPOSTA PARTICIPATIVA.**

Monografia apresentada ao Museu da Vida |
Casa de Oswaldo Cruz | Fundação Oswaldo
Cruz, para a obtenção do título de
Especialista em Divulgação da Ciência, da
Tecnologia e da Saúde

Orientadora: Prof^a. (MSc). Isabel Cristina Alencar
de Azevedo

FIOCRUZ - RJ, Janeiro de 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grande Arquiteto do Universo, aos meus pais, a Rhoneds, a Tutuca, a Deusana, a Kátia e, principalmente, a minha orientadora Bel, pois eu tremi, mas não parei.

“Perigosa para percorrê-la, é perigoso ir por esse caminho, perigoso olhar para trás, perigoso tremer e parar.”

Friedrich Wilhelm Nietzsche – Assim Falava
Zaratustra.

RESUMO

Esse estudo constroi uma análise do processo de revitalização do Parque do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Tem como objetivo apresentar ações que estimulem o relacionamento dialógico entre população local, poder público municipal e pesquisadores, sob uma ótica participativa. As estratégias descritas são baseadas na articulação do PPSJI com outros projetos e com políticas públicas.

Palavras-chave: 1- Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. 2- Comunicação. 3. Divulgação científica.

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO.....	07
II. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ.....	11
III. O PARQUE PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ – ANTECEDENTES.....	15
IV. A COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ – PULANDO A CERCA.....	19
V. O FORTALECIMENTO DO PROJETO DO PARQUE NA PERSPECTIVA DE ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROJETOS.	26
VI. MEMÓRIA E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO.....	32
VII. PROJETOS QUE BUSCAM ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE.....	35
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
IX. BIBLIOGRAFIA.....	51

I. APRESENTAÇÃO

Esta monografia foi desenvolvida como trabalho de final do curso de pós-graduação *lato sensu* em *Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde* oferecido pelo Museu da Vida da Fundação Oswaldo Cruz. A proposta apresentada, inicialmente, focava na construção de um plano de divulgação para o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí e para o Centro Cultural Arte da Ciência, que está em fase de estruturação. Essa perspectiva foi sinalizada pela avaliação de resultados da pesquisa realizada em 2008, trabalho de conclusão do programa iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ que teve o Parque como objeto de estudo, conforme veremos mais adiante.

O projeto do Centro Cultural apresenta a missão de promover ações integradoras através de estratégias que contemplem o diagnóstico de elementos culturais de fortalecimento e identificação dos moradores da localidade de São José e dos Distritos de Cabuçu e Curuzu, associado ao planejamento de programas de Educação Ambiental, Patrimonial e Artístico-Cultural que promovam a formação e o aperfeiçoamento profissional e humano.

A finalidade do plano de divulgação mencionado seria promover a difusão e valorização do Parque e de seu Centro Cultural por seus diversos públicos: moradores, patrocinadores, colaboradores, apoiadores, universidades etc. Além da apropriação social do local pela população de Itaboraí em geral.

Dentre os objetivos propostos, destacava-se a aplicação das ferramentas do marketing para estruturar o processo teórico e prático.

O projeto do Centro Cultural instalado no Parque propõe gerar benefícios para a região tendo em vista que propiciará a criação de uma grande área de lazer capaz de gerar recursos próprios para sua manutenção, como turismo ecológico e ou científico, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do Município.

O Parque e seu Centro Cultural, além de objetivos científicos, possuem compromisso com o desenvolvimento da região como está descrito nos projetos que deram origem ao mesmo. São instrumentos a serviço de uma sociedade democrática. Sendo assim, devem buscar políticas públicas intersetoriais que visem ao desenvolvimento local, a inclusão social, a divulgação científica, a educação patrimonial, além de estimular o turismo científico. Porém, essas ações só poderão ser executadas de forma efetivamente satisfatória com o envolvimento e apoio da comunidade local.

O Parque como se encontra hoje, não apresenta atributos básicos para suportar um plano de divulgação cujo objetivo de forma genérica é aumentar a visibilidade, o conhecimento a respeito e conseqüentemente as visitas ao local. De forma imediata, nota-se ausência de relacionamento cooperativo entre comunidade acadêmica, poder público e população do entorno.

“Certamente não há nada tão inútil quanto fazer com grande eficiência algo que nunca deveria ser feito”. (Peter Drucker).

Sabe-se que sem o apoio local não é possível estabelecer um espaço nos moldes de um Parque de abordagem científica, no entanto, esse apoio deve ser dado de forma organizada, garantindo a participação de todos na tomada de decisão. Em entrevista voltada para o levantamento de informações para este estudo, Kátia Mansur¹, técnica do Departamento de Recursos Minerais – DRM/RJ, e pesquisadora que atua na preservação do Parque, afirma que “tem existir um comitê gestor, enquanto isso não acontecer a gente vai ficar *patinando* e o Parque não vai andar”.

Segundo a pesquisadora, por volta de 1997, existiu um comitê gestor do Parque, porém com a troca de governo, aos poucos o grupo se dissipou. Essa iniciativa não foi mais retomada de forma significativa. Um comitê gestor pressupõe a participação de representantes da população local, membros do governo, comunidade científica, organizações não governamentais entre outros.

¹ Entrevista concedida para este estudo (Janeiro 2010).

Com a criação da Lei Nº 9.985² de 18 de Julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, o Parque e o Decreto³ que o criou devem ser adaptados, já que no SNUC não existe a categoria de parque paleontológico. E também está no Artigo 5º da lei: “O SNUC será regido por diretrizes que: III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.” A participação da população local é mais que necessária, é obrigatória. No caso do PPSJI⁴ não existe sequer um plano de manejo definido e nem um conselho gestor.

Na medida em que avançavam os estudos do PPSJI, surgiram problemas mais graves do que o a falta de infra-estrutura, dificuldade de acesso e outros que poderiam ser solucionados com captação de recursos, se apresentando como impedimentos. Esse projeto pretende entender os motivos (ou alguns deles) que, contribuíram para o surgimento de lacunas entre os pesquisadores e a comunidade local.

Existe uma limitação na consulta de fontes secundárias sobre o Parque, o que dificulta o levantamento de informações mais específicas e relevantes à área de comunicação. Recentemente chegou a público a dissertação de mestrado em Museologia e Patrimônio, defendida por Aline Rocha de Souza de 2009⁵. Este é o único Único estudo acadêmico que contempla conceitos relacionados a patrimônio, musealização, geoconservação, educação patrimonial, histórico das ações desenvolvidas, legislações relacionadas dentre outros que tenha como foco o PPSJI.

O referencial teórico metodológico apresentado por esse estudo surgiu da necessidade de gerar instrumentos para enfrentar o problema buscando metodologia participativa como princípio das propostas de fortalecimento do

² www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm

³ ITABORAÍ. *Lei nº 1.346 de 12 de dezembro de 1995.*

⁴ Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.

⁵ Título: “Geoconservação e Musealização: a aproximação entre duas visões de mundo. Os múltiplos olhares para um patrimônio”. UNIRIO 2009.

diálogo solidário entre os principais atores sociais. Tais propostas darão subsídios à construção futura de um plano de divulgação para o PPSJI. O objetivo foi sugerir ações que estimulem uma relação dialógica entre pesquisador, poder público e a população local.

Dentre uma série de dificuldades encontradas para desenvolver este projeto, a maior delas foi a “turbulenta” relação da atual secretaria responsável pelo local com a comunidade acadêmica. Culminando na proibição da entrada de pesquisadores “até segunda ordem” no PPSJI. O que obviamente impossibilitou a pesquisa de campo no local. Sendo assim, esse projeto se apresenta como um trabalho descritivo.

Foi realizado o levantamento de alguns projetos que possuem pontos de tensão semelhantes ao do PPSJI, e que conseguiram se desenvolver com o apoio da população. A maioria deles, hoje, são projetos bem consolidados e de referência. O mais interessante é que conquistaram o apoio e o envolvimento da população, a partir de estratégias diferentes.

II. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí fica localizado no município de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro, Itaboraí do Tupi “pedra bonita escondida na água”, possui aproximadamente 424 km², 215.792 habitantes, seu bioma é caracterizado pela Mata Atlântica (IBGE\2007). A cidade está localizada a 40 km da capital do estado, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro, sob as seguintes coordenadas: latitude: 22° 44' 51” sul; longitude: 42° 51' 21” oeste e altitude: 17 m em relação ao nível do mar.

HABITANTES	215.792
ÁREA TERRITORIAL	424, 22 km ²
BIOMA	Mata Atlântica
LATITUDE	22° 44' 51” Sul
ALTITUDE	17 m
LONGITUDE	42° 51' 21” Oeste

A cidade possuía elevado grau de desenvolvimento econômico durante o Segundo Reinado, devido ao escoamento da produção de açúcar em Porto das Caixas, representando na época celeiro do Rio de Janeiro, chegando assim a “concorrer” com Niterói à capital da Guanabara. O declínio da próspera cidade se deu principalmente pela criação da estrada de ferro Cantagalo e pela Malária oriunda do Rio Macacu. As marcas do “tempo áureo” podem ser notadas através de algumas importantes construções da cidade, como por exemplo, a Câmara e o Teatro Municipal João Caetano.

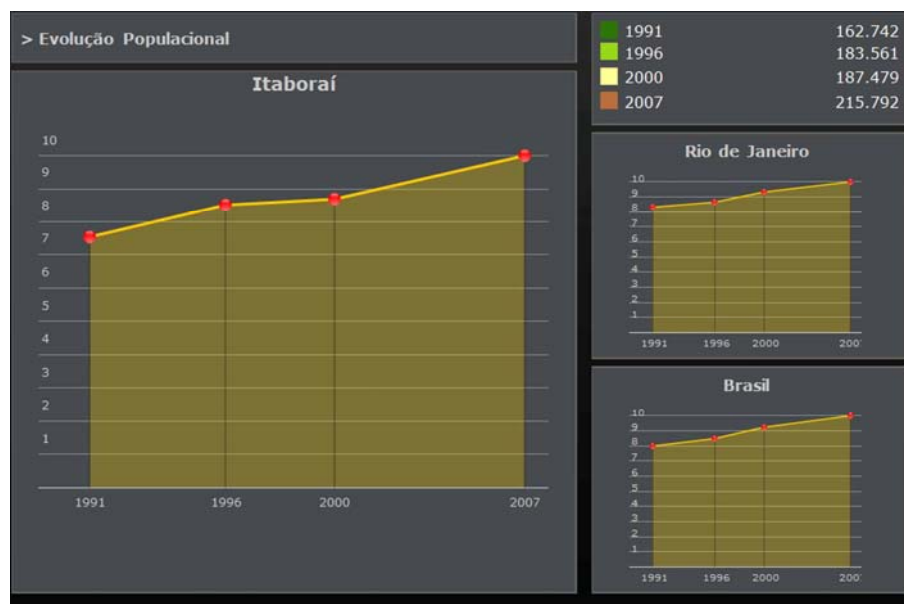
Depois de uma série de denominações, o decreto estadual nº 38, de 16-01-1890 define por Itaboraí que, permanece até os dias de hoje (IBGE). Itaboraí é constituído por 8 distritos: Itaboraí, Porto das Caixas, Manilha, Itambi, Sambaetiba,

Vinconde de Itaboraí, Cabuçu, Pacheco. A cidade é cortada pelos seguintes rios: Macacu, Casserebu, Iguá, Aldeia e Várzea.

DEMOGRAFIA

Segundo dados do IBGE, Itaboraí apresentou taxa de crescimento populacional entre 2000 e 2007 superior a da capital do estado e até mesmo do Brasil. Itaboraí possui 215.792 habitantes, dado referente a 2007.

Evolução Populacional

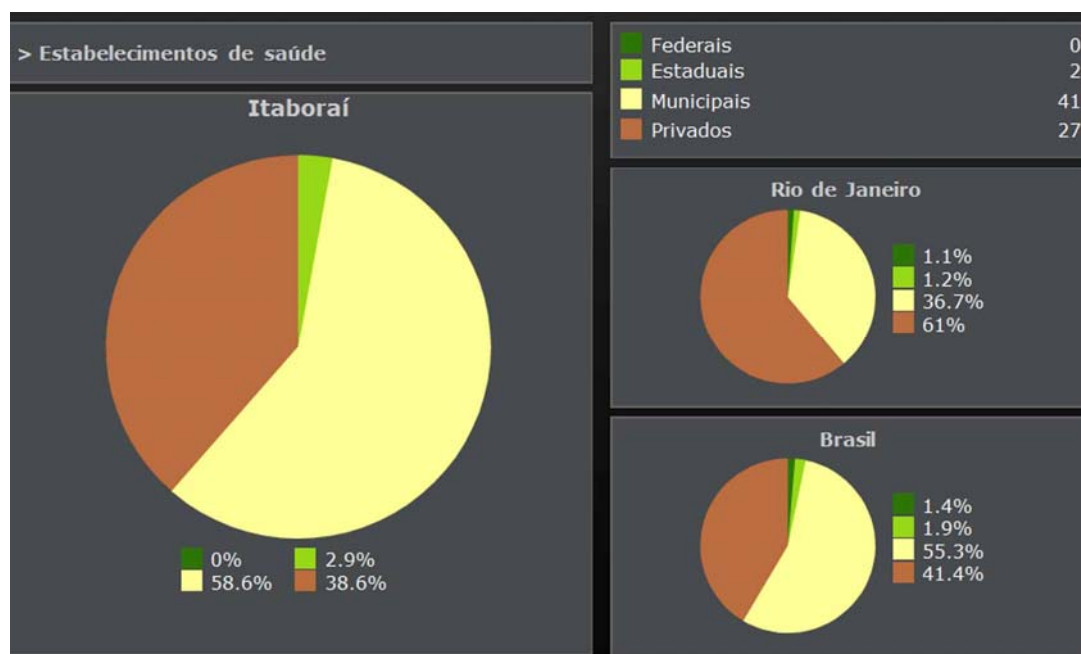


Fonte: IBGE 2007.

SAÚDE

Como podemos constatar no gráfico a seguir, a maioria dos estabelecimentos de saúde presentes em Itaboraí pertence ao município seguido de estabelecimentos privados. Segundo informações de 2008, não existem estabelecimentos de

saúde em Itaboraí de esfera federal. Nota-se também que a participação da iniciativa privada é menor do que na cidade do Rio de Janeiro.

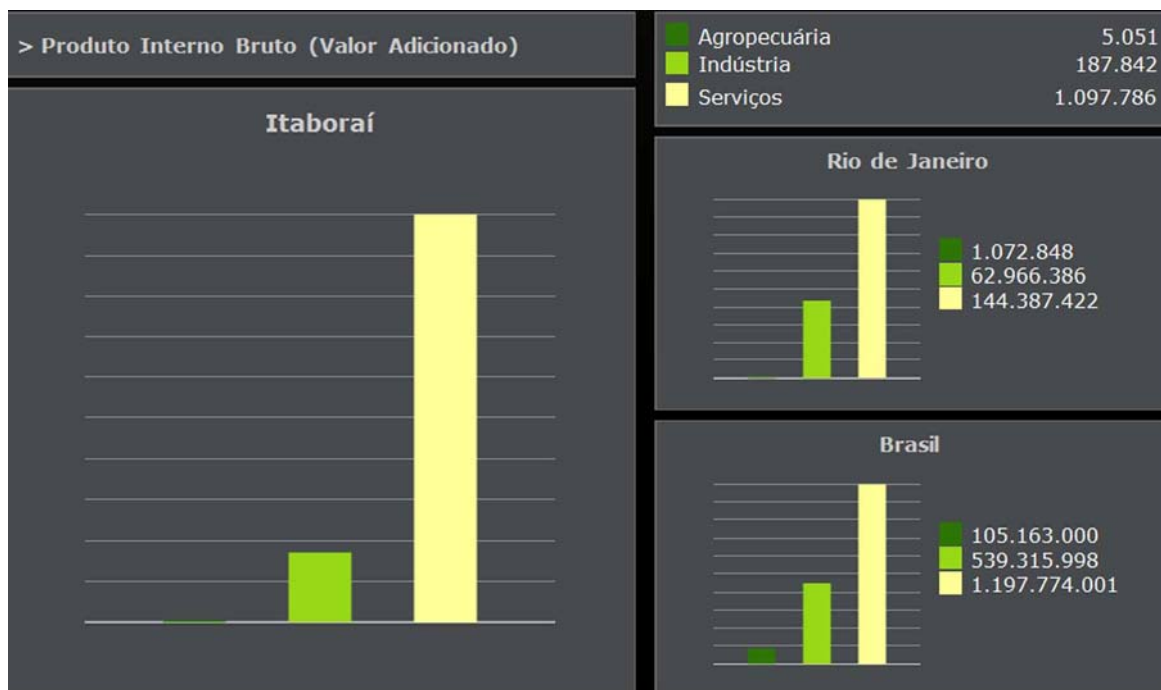


Fonte: DATASUS/MS 2008

ECONOMIA

Como nota-se a partir no próximo gráfico, o Produto Interno Bruto - PIB da cidade é basicamente pautado no terceiro setor, comércio e serviços. A pecuária extensiva, manufatura cerâmica utilitária e decorativa também compõe parte significativa da economia de Itaboraí.

PIB



Fonte: IBGE 2006

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj será instalado no município de Itaboraí em uma área 45 milhões de metros quadrados e tem previsão de inauguração para 2012. Foram investidos 8,38 bilhões de reais no Complexo, que tem como objetivo maximizar a produção de produtos petroquímicos. Sua instalação irá impactar principalmente Itaboraí, além de regiões vizinhas, como por exemplo, Niterói, São Gonçalo e Teresópolis. Para amenizar possíveis danos causados ao meio ambiente, a Petrobrás criou uma série de programas, entre eles o “Centro de Integração com o Comperj”, “Agenda 21 do Comperj” (plano base de preservação do meio ambiente, resultante da Eco 92), dentre outros. Vale enfatizar que o perfil socioeconômico da cidade irá sofrer profundas modificações ao longo de suas atividades.



III. O PARQUE PALEONTOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DE ITABORAÍ – ANTECEDENTES

Itaboraí conserva um valioso patrimônio arqueológico, geológico e paleontológico localizado no Parque Paleontológico de São José de Itaboraí criado pela Prefeitura Municipal em 1995 (Lei Municipal nº 1.346/95) que se constitui em bens de grande valor científico e cultural essenciais na formação da noção de cidadania em qualquer comunidade.

O Parque se localiza no bairro de São José, distrito de Cabuçú, maior bairro da região. São José recebeu o mesmo nome da fazenda após ser comprada pela Companhia de Cimento Portland Mauá.

O Parque abrange grande parte da bacia calcária que se destaca no cenário paleontológico brasileiro como a única área científica onde se tem o mais antigo registro de mamíferos terrestres, datados do Período Paleoceno Superior, há cerca de 60 milhões de anos. Abriga, também, testemunhos de derramamentos vulcânicos através de falha geológica, conhecida como Falha de São José. A bacia apesar de seu pequeno tamanho possui registro fóssil diversificado. É local de interesse de diferentes áreas do conhecimento e oferece grandes possibilidades interdisciplinares.

A partir de 1933, a pedreira foi objeto de lavra a céu aberto pela fábrica de Cimento Portland Mauá, para a produção deste insumo básico da construção civil que, inclusive foi utilizado para a construção do Maracanã (estádio Mario Filho) e da ponte Rio-Nitéroi (Ponte Presidente Costa e Silva). Segunda fábrica do segmento no Brasil foi responsável pela seguinte inovação tecnológica: foi desta fábrica que saiu o primeiro saco de cimento de papel do Brasil que, até então eram comercializados em tonéis de madeira.

Em 1984, com a paralisação da lavra, restou uma área degradada com a cava atingindo depressão de aproximadamente 70 m. Após o desligamento do sistema de bombeamento do lençol freático, a cava foi gradativamente preenchida por água, do lençol freático e das chuvas, até se transformar num grande lago (Lagoa de São José). Suas margens ainda preservam áreas com camadas contendo fósseis, derramamentos magmáticos, e locais de acumulação de rejeitos da lavra. A formação da lagoa “impossibilita novas coletas e estudos geológicos”, porém abastece o bairro por meio de concessão dada pela prefeitura à Cooperágua⁶ (Bergqvist, 2005).

Durante pouco mais de 50 anos, desde sua descoberta, a bacia de São José, paralelamente às atividades de mineração, foi objeto de pesquisas científicas realizadas por geólogos, paleontólogos e arqueólogos. De certa forma, as pesquisas foram favorecidas pela constante produção de novas frentes de afloramento na medida em que a pedreira era explorada. Os materiais coletados durante esses anos não estão no Parque, estão espalhados por diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e até nos EUA. Um dos principais objetivos do decreto lei de criação do Parque é a preservação do patrimônio e o acesso ao acervo pelos visitantes (BERGQVIST apud BELTRÃO, 2001).

Em 1990, através de um decreto de desapropriação (Decreto de nº 42 de 2 de Abril), o prefeito Sérgio Alberto Soares declara a “área caracterizada por Fazenda de São José” de utilidade pública, com a justificativa de que a área ociosa se tornaria uma escola agrícola, um distrito industrial e um centro

⁶ Cooperativa de água local, sem fins lucrativos.

hoteleiro. Porém, em 12 de dezembro de 1995, o prefeito João Cesar da Silva Cafarro decreta a “Fazenda de São José” “área de preservação permanente do Município. Cria-se, assim o Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Entretanto, a desapropriação da área não foi definitiva, pois a Companhia de Cimento Portland Mauá, atual Lafarge recorreu à decisão. O processo encontra-se em tramitação. (Souza, 2008)



Foto: Bacia de São José de Itaboraí

O Parque possui um projeto de centro cultural chamado “Arte da Ciência”, em processo de implantação, que se propõe a beneficiar a região tendo em vista que propiciará a criação de uma grande área de lazer e informação, possibilitando a divulgação científica, educação patrimonial, turismo científico etc.

Desde a criação do Parque, os pesquisadores e voluntários (como é o caso da professora do Colégio Estadual Visconde de Itaboraí – CEVI, Maria Angélica Paiva que, coordena grupo de estudos sobre o Parque no próprio colégio) lutam para sua implantação efetiva. Diversas ações são feitas nesse sentido, chegando à recente conquista do apoio financeiro dado pela PETROBRAS para revitalização do PPSJI: construções e reformas, assim como projeto de paisagismo.

Sabe-se que dentro das delimitações da área de visitação do Parque, cercada com recursos da Petrobrás / Centro de Pesquisa (CENPES) e FAPERJ, existem aproximadamente 200 pessoas. Inclusive 14 famílias residem dentro de um dos galpões abandonados pela empresa Mauá. Essas pessoas serão tratadas aqui como comunidade local. E a população de São José de população do entorno.



Foto: Centro Cultural

IV. A COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ – pulando a cerca

No segundo semestre de 2008, fui bolsista de iniciação científica da FAPERJ atuando em projeto que visava criar estratégias de interação da população com o PPSJI e seu centro cultural. Nesse período, foi desenvolvido um estudo com o objetivo de conhecer a população de Itaboraí e sua percepção em relação ao Parque e a cidade. Para a aplicação das entrevistas, contou-se com a participação dos bolsistas do projeto Jovens Talentos¹ que foram orientados sobre o questionário. O público-alvo primário da pesquisa foram moradores das proximidades do parque e o secundário, moradores de outros bairros de Itaboraí e cidades vizinhas (ambos os sexos, de todas as classes e ocupações com idade entre 10 e 70 anos).

A conclusão da pesquisa indicou que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, com idade entre 10 e 17 anos, com primeiro grau, em geral possuem escolaridade incompleta; sem filhos; famílias com renda de 2 salários mínimos por mês. Moram em Itaboraí há bastante tempo, em casas de médio porte. Os entrevistados não estão satisfeitos com seu bairro, nem com sua cidade, entretanto, dizem que amam Itaboraí. O transporte é evidenciado como uma deficiência. A região não oferece muitas opções de lazer; os entrevistados gastam bastante com entretenimento (considerando, proporcionalmente, a renda respondida). Assistem muito a televisão e ouvem bastante rádio. Mais de 70% já ouviu falar na Companhia de Cimento que deu origem a Bacia, e concordam que a cidade piorou bastante (menos desenvolvimento e mais desemprego) com a saída dela; 30% dos entrevistados não conhecem o Parque e 35% nunca o visitaram, por mais que a maioria more perto do Parque; a maioria gostaria de visitá-lo. Os entrevistados não sabem indicar quem são os principais envolvidos na revitalização do Parque.

¹ Projeto Jovens Talentos para Ciência. Será visto mais adiante.

A maioria das entrevistas foi realizada em locais próximos ao Parque ou em escolas (pelos alunos do projeto Jovens Talentos para a Ciência), o que justifica a pouca idade dos entrevistados.

Na época foi elaborado o seguinte diagnóstico: “o PPSJI precisa de investimento (pesado) em divulgação (e comunicação), pois foi constatado baixo índice de conhecimento dele e sobre ele; a população local não compreende seu propósito; o PPSJI é um potencial divulgador científico e há carência de espaços de lazer e interação da população na região”².

O resultado dessa pesquisa apontava para a necessidade de criar estratégias de comunicação para esclarecer e divulgar questões relacionadas ao PPSJI. Entretanto, na medida em que os estudos foram sendo aprofundados, constatou-se que um plano de divulgação não seria suficiente para solucionar a ausência de um diálogo solidário entre os principais atores sociais envolvidos, o que seria essencial para a construção dessas estratégias.

Nesse sentido, o estudo se voltou para identificar os motivos que provocam a descontinuidade das ações para a implementação do Parque, do ponto de vista de sua institucionalização, tendo em vista a ausência de uma relação dialógica entre os principais atores envolvidos nesse processo.

A dissertação de mestrado de Aline da Rocha Souza (2009), traz uma grande contribuição para esse debate. Este estudo promoveu o levantamento de dados por meio de 100 entrevistas realizadas de forma livre e questões abrangentes, com objetivo de conhecer ao máximo a região e a relação de diferentes grupos com o Parque. A abordagem buscou levantar temas relevantes como a época da extração do calcário; a saída da Companhia de Cimento Portland Mauá (hoje Lafarge); as necessidades básicas de São José; a implantação do Parque e a relação dos moradores com os pesquisadores e com os políticos.

² CAVULLA, Rondelly Soares. Relatório final de bolsa Iniciação Científica. FAPERJ, mimeo, 2008.

A pesquisa realizada traça um perfil sócio-econômico de 4 localidades de Itaboraí. São elas: O Centro de Itaboraí, Cabuçú, Curuzú e São José.

Segundo a pesquisa, a população de São José e proximidades apresentam maioria do sexo feminino (59%), mais da metade da população pesquisada tem idade entre 22 e 55 anos. A maior parte dos entrevistados mora no distrito de Cabuçú, mais especificamente nos bairros, Curuzú, Cabuçú e São José.

Quanto à escolaridade, a taxa de analfabetos entrevistados foi alta (13%), uma porcentagem considerável completou o ensino médio, porém muitos não completaram o ensino fundamental. São José possui duas escolas públicas Colégio Estadual Francesca Carey e Escola Municipal Professora Maria Cristina Soares Fróes, de ensino médio e fundamental respectivamente. Uma pequena porcentagem completou o ensino superior (3%) e nenhum entrevistado possuía pós-graduação.

A maioria dos entrevistados são trabalhadores sem vínculos empregatícios (33%), o que contribui para o aumento do mercado de trabalho informal. Parte considerável dos entrevistados se divide entre estudantes (15%), e donas de casa (13%).

A maioria da população entrevistada se declarou católica ou protestante, parte considerável não possui religião e poucos alegaram ser espíritas e outras religiões não foram citadas.

Os principais meios de comunicação onde os entrevistados buscam informações são rádio e TV seguidos de jornais, revistas, posto de saúde, igreja e internet.

A maioria declarou que sempre morou nos seus respectivos distritos. Dentre os não nativos, a maior parte vem de diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro (74%). Nas questões referentes à moradia, a casa própria com escritura é maioria, porém alguns entrevistados alegaram morar em casa própria sem escritura, que pode ser explicado pelo costume de construir casas no quintal

dos pais por exemplo. Existem os que moram em casas alugadas ou em locais de ocupação indevida, como é o caso dos moradores das edificações do Parque.

Considerando que o Parque é próximo da residência dos entrevistados, parte considerável da população alegou nunca ter ouvido falar sobre ele (16%). Em contrapartida a maioria já foi (44%) ou já ouviu falar sobre (40%) (não foi contemplada na pesquisa a conotação do que foi falado a respeito do Parque).

Para Souza, o Parque ainda está em fase de estruturação, possuindo assim, poucas evidências de sua existência, os fósseis mais relevantes estão em instituições fora do Parque, conforme mencionado anteriormente. Para ela a situação poderia ser pior se não fosse o trabalho realizado com as escolas.

A maioria da população já visitou instituições museológicas através da escola. Muitos museus são integrados aos programas escolares quando considerados interessantes. Esse tipo de informação é relevante na medida em que o Parque e seu centro cultural, assim que bem estruturados, estarão aptos a atrair visitas escolares, espontâneas, científicas etc.

Para a população de São José a referência sobre o local onde se encontra o Parque, é a lagoa e não o Parque em si. Isso ocorre, pois a Lagoa, bastante conhecida, fez parte da programação de lazer da população durante anos, que ia da pesca até a simples visita. Sendo assim, a relação dessas pessoas com o espaço estudado se deu “de outra forma (utilitária) e não como um patrimônio para a ciência”. (Souza 2009, p.79.).

Como se sabe a água da Lagoa de São José (localizada dentro do Parque) abastece parte da população de São José (23%), na pesquisa realizada os entrevistados que utilizam água da lagoa não foi maioria, porém quantidade relevante para problematizar uma possível drenagem com objetivos de pesquisa científica. A maioria da população faz uso de poços artesanais.



(Foto: Lagoa de São José)

O bairro sofre com a falta de estrada asfaltada, de água encanada, saneamento básico e de hospitais. Possui apenas um posto de saúde e uma capela católica, sem padre. Por sua vez, muitas igrejas evangélicas. Quando a estrada está em boas condições possuem uma linha de ônibus. O comércio do bairro é baseado em bares, mercearias, e sítios destinados ao lazer e entretenimento.

O município de Itaboraí sofre por “diversos problemas estruturais e econômicos” e não é segredo que o Parque não é prioridade quando se fala em investimentos. Para atuação dos pesquisadores no local, inclusive ações educativas, é necessária autorização prévia da prefeitura. Mesmo gerenciando, ocupando, arrecadando recursos, entre outras ações, a comunidade científica não possui nenhum poder legal sobre o Parque. Até a data do fechamento deste projeto, não havia convênio assinado entre a UERJ e a Prefeitura Municipal de Itaboraí.

A secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, responsável pelo Parque no governo municipal passado, apoiou os pesquisadores em grande parte de suas ações. Foi considerada uma das melhores gestões municipais de apoio à revitalização do Parque.

Cada mudança de prefeito gera insegurança entre os pesquisadores, pois dependendo da postura do secretário municipal “responsável” pela administração do Parque as atividades desenvolvidas pela comunidade científica podem ser totalmente paralisadas, como é o caso atualmente. O atual secretário de Indústria Comércio e Turismo, José Ricardo Guimarães Costa, (nomeado pelo prefeito administrador do Parque) proibiu a entrada de pesquisadores no Parque,

especialmente das instituições de ensino e pesquisa UERJ e UFRJ sob a justificativa de não estar sendo comunicado de todas as atividades realizadas no Parque. É claro que essa atitude gera muito mais que a paralisação das ações de revitalização. Gera instabilidade dentro da comunidade científica, desqualifica a arrecadação de recursos, gera descrença da população nos pesquisadores, atrasa assinatura do convênio, prejudica o andamento dos projetos (como, por exemplo, JT) e a conclusão de trabalhos como este.

Um complicador dessa situação é fato de que o prefeito da época (1997 a 2001) Sérgio Alberto Soares, autorizou a posse das edificações da mineradora. Dentre os que possuem e os que não possuem outras casas, todos se consideram proprietários da terra e aguardam indenização no caso de deixarem as edificações. A prefeitura por sua vez diz não possuir verba para indenizar esses moradores (Souza, 2009). Por coincidência Sérgio Alberto Soares é o atual prefeito de Itaboraí e está no seu terceiro mandato. Vale lembrar que a edificação utilizada como residência, é parte do patrimônio do Parque, compõe a arqueologia industrial do local, segundo a pesquisadora Kátia Mansur.

“São pequenas casas, em um ambiente todo fechado, sem ventilação, onde o quintal é um galpão fechado. Não é um lugar adequado. De fato não é um bom lugar. Existe espaço suficiente no entorno para construírem casas pra eles.” Kátia Mansur.

Segundo a professora Maria Antonieta Rodrigues existem dois polígonos territoriais. O que está cercado e o que foi delimitado pelo decreto de criação do Parque. Do polígono maior (o do decreto), grande parte foi ocupada por pequenos lotes de casas, além das construções já existentes como é o caso do Colégio Francesca Carey. No polígono menor, caracterizado pela área de visitação do Parque, que está delimitado por cerca, existem algumas casas, uma oficina mecânica e aproximadamente quatorze famílias que não construíram edificações, mas ocuparam os espaços abandonados pela Companhia Mauá.

Maria Antonieta Rodrigues acredita que a melhor solução é criar um espaço que permita mobilizá-los para um local que disponha de melhores condições para se estabelecer residência. Mesmo que dentro do Parque. A partir disso, as edificações seriam restauradas com o objetivo de servir como espaço de desenvolvimento de pesquisas e extensão.

A inserção de diferentes atores sociais, principalmente a população local, na negociação de soluções relativas ao Parque é fundamental. E é nessa perspectiva que se desenvolve o presente trabalho.

V. O FORTALECIMENTO DO PROJETO DO PARQUE NA PERSPECTIVA DE ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROJETOS.

Projeto Caminhos Geológicos.

O projeto “Caminhos Geológicos” é uma estratégia de geoconservação, conservação da geodiversidade relacionada aos importantes processos de feições geológicas (substrato), geomorfológicas (paisagem) e de solos, protegendo a história a sua evolução em termos de velocidade e magnitude (Sarples, 2002, *apud* Brilha, 2005).

É uma iniciativa do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – DRM em parceria com a Cia. de Turismo do Estado do Rio de Janeiro - TURISRIO e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER. Além de parcerias com instituições de ensino e pesquisa no estado, prefeituras e empresas públicas e privadas.

O Projeto tem o objetivo de valorizar e divulgar o patrimônio geológico de baixa vulnerabilidade através de painéis indicativos e explicativos de pontos relevantes para a geologia. Essa iniciativa também favorece o turismo tradicional e o turismo científico. Os conteúdos dos painéis são cuidadosamente desenvolvidos com linguagem acessível e familiar aos diversos públicos, evitando expressões herméticas comuns à comunidade científica.

Segundo a pesquisadora Kátia Mansur, cinco painéis estão prontos desde 2001, destinados às trilhas ao longo do PPSJI. Como as trilhas não estão consolidadas, apenas um painel foi colocado devido à preocupação com a manutenção dos locais de interesse geológico “Sem a trilha a gente vai perder o painel no meio do mato, e sem visitação pra quê botar outras?”, constata Kátia Mansur.

Caminhos de Darwin

A idéia surgiu a partir do bicentenário do naturalista Charles Darwin e dos 150 anos do lançamento da Teoria da Evolução das Espécies pela seleção natural, desenvolvida por ele e Alfred Wallace. O ano de 2009 foi então considerado, “Darwin Year” ou “Ano de Darwin”.

Em 1831 o navio Beagle partiu da Inglaterra em missão de realizar o mapeamento cartográfico da costa sul da América do Sul. O Beagle trazia a bordo Charles Darwin que em 1832, passou pelo Brasil percorrendo Fernando de Noronha, Salvador, Abrolhos e Rio de Janeiro. Em 1836, voltando à Inglaterra, o Beagle passou novamente pelo Brasil, dessa vez Salvador e Recife.

Era a primeira vez que o jovem naturalista de 23 anos tinha contato com a floresta tropical. No Rio de Janeiro, desbravou 12 cidades, a cavalo, coletando materiais e fazendo anotações sobre a paisagem e o ambiente.

Visando divulgar a passagem de Darwin pelo país, especificamente no estado do Rio de Janeiro, em 2008, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Casa da Ciência da UFRJ e os Caminhos Geológicos/DRM-RJ com o apoio de instituições de ensino e pesquisa, empresas, ONGs, rede de ensino e representantes de governos, criam o projeto Caminhos de Darwin.

O projeto Caminhos de Darwin é um roteiro turístico-científico-educacional-cultural que percorre todas as cidades do Rio de Janeiro, que estão descritas no diário de campo de Charles Darwin.

Através de uma rota turística relacionada à História da Ciência, o projeto tem como objetivo fortalecer as economias locais, resgatar a história local recuperando a auto-estima da população. Lembrando que a visita do naturalista no Brasil, na maioria dos casos, era desconhecida ou considerada “lenda”.

A partir de intensa pesquisa sobre a viagem do naturalista, chegou-se ao itinerário das 12 cidades por onde Darwin supostamente passou, sendo elas:

Rio de Janeiro, Niterói, Maricá (Itaocaia), Saquarema (Manitiba), Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio (Campos Novos), Casimiro de Abreu (Barra de São João), Macaé, Conceição de Macabu (Sossego), Rio Bonito e Itaboraí.

Ponto estratégico do projeto, o envolvimento e cooperação de diversos participantes, pesquisadores, jornalistas, poder público municipal, professores entre outros, foi dado através de reuniões mensais e palestras que, aos poucos iam construindo a teia de interesses em prol do desenvolvimento do projeto de maneira mais participativa possível.

Como um dos objetivos do projeto é resgatar a história do local, muitas ações e atividades foram desenvolvidas com as populações locais, como, caminhadas pelas trilhas por onde Darwin passou, promovendo o resgate das características passadas da paisagem e realizando a coleta de amostras de rochas e minerais para compor uma coleção para itinerar pelas cidades do roteiro. Além da apresentação da peça de teatro After Darwin (do Núcleo Arte e Ciência no Palco) para 450 professores e representantes municipais. Essas e outras ações deram origem a Expedição Caminhos de Darwin que percorreu os mesmos lugares visitados por Darwin.

A Expedição Caminhos de Darwin ocorreu durante 4 dias, foram instaladas no total 24 placas indicativas nas estradas de acesso das 12 cidades que receberam 1 marco histórico cada, sobre a passagem de Darwin naquele local.

A inauguração desses marcos contou com a apresentação de esquete teatral, oficinas, palestras entre muitas outras atividades sobre ciência. O interessante é que cada cidade narrou a visita do naturalista a sua maneira. Estiveram presentes na Expedição, cientistas, profissionais da área de popularização da ciência, professores, alunos da rede pública etc. Além de Randal Keynes, escritor, ambientalista e tataraneto de Darwin. Os eventos atraíram aproximadamente 4.000 pessoas, sem falar na repercussão internacional.

O projeto estimula o diálogo entre as várias cidades envolvidas, universidades e órgãos governamentais e outros, visando articulação das ações de forma

conjunta e que garantam a construção e a implementação do roteiro turístico-científico-educacional-cultural. Após definidos os pontos de visitação, cada local pode desenvolver melhor seus projetos turísticos, gastron micos etc.

Outros projetos estão surgindo como desdobramentos de Caminhos de Darwin, como por exemplo, a Semana Intermunicipal de Darwin, baseada em palestras, exposições, apresentações teatrais e musicais, caminhadas, cavalgadas etc. A popularização da ciência em casos como este foi responsável por promover a criação de vínculos entre diferentes grupos e de propor um novo olhar sobre as cidades envolvidas. Esse tipo de iniciativa tem sido aplicado em outros estados e países.¹

Projeto Jovens Talentos para a Ciência

O Projeto Jovens Talentos para a Ciência é um programa de pr -iniciação científica que visa promover a articulação entre as universidades e os centros de pesquisa com o ensino médio estadual, além de permitir a inserção de jovens alunos no ambiente da pesquisa científica. A atuação desses jovens no projeto tem proporcionado a revelação de talentos para a pesquisa científica, bem como tem servido, sobremaneira, como norteador vocacional e fator de inclusão social. O Projeto Jovens Talentos tem sido muito importante na ativação, revitalização e preservação de patrim nios paleontológicos, geológicos e arqueológicos do Estado do Rio de Janeiro. O Programa é destinado a estudantes do ensino médio/técnico da rede pública estadual de educação.

Iniciativa da FAPERJ há pouco mais de 10 anos, o projeto JT conta com o apoio do programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior do CNPq desde 2003. O CECIERJ e a FIOCRUZ são responsáveis pela execução do programa.

A forma de estudo e pesquisa desse programa costuma ocorrer em universidades, porém, concluiu-se que seria mais e viável e vantajoso se eles realizassem o trabalho relativo ao Parque no próprio Parque, por diversos motivos inclusive a

¹ BRITO, Fátima. MANSUR, Kátia. _____, Casa da Ciência da UFRJ, DRM, 2009, mimeo.

familiarização com o local. Esse novo método vem rendendo bons frutos e uma ótima experiência no que diz respeito ao envolvimento dos alunos com o objeto de estudado. Essa nova forma de trabalhar requer dedicação do orientador, pois é necessário o deslocamento até o Parque. Esse deslocamento geralmente é realizado aos sábados com transporte cedido pela UERJ.

A Seleção dos Jovens Talentos 2009 da Escola Francesca Carey (escola construída e fundada pela Companhia de Cimento Portland Mauá, cujo nome foi uma homenagem à filha do presidente da empresa), foi realizada pelo mestrando Ricardo Ribeiro Percilio. O primeiro critério utilizado foram as notas em três disciplinas (geografia, história e biologia) no boletim dos alunos. O segundo foi o interesse dos alunos em geral, pelo projeto do Parque, decidido pelos que compareceram à comemoração do dia do Paleontólogo e assistiram às palestras de três dos pesquisadores que atuam no projeto de revitalização do Parque. Professoras Dra. Maria Antonieta, Dra. Rhoneds Aldora e professor Dr. Benedicto Humberto.

A seleção dos Jovens Talentos 2009 da Escola CEVI (Colégio Estadual Visconde de Itaboraí) foi realizada pela professora e amiga do Parque (voluntária) Maria Angélica Paiva e os critérios por ela usados foram, pesquisa de rendimento, frequência escolar e interesse pelo grupo de estudos que ela realiza sobre o Parque.

Os alunos escolhem por critério de aptidão e identificação uma área do conhecimento e se dedicam a ela em oficinas regulares aos sábados com seus respectivos orientadores. Porém, o programa exige dos orientadores, o título de doutor, o que reduz a diversidade de áreas do conhecimento disponíveis, como por exemplo, a impossibilidade de inserção de orientadores nas áreas de paleoarte e história oral. Os profissionais dessas áreas que atuam no Parque não possuem titulação suficiente, segundo os critérios da FAPERJ.

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Coordenada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNC&T acontece desde 2004, sempre no mês de

outubro. O grande objetivo é envolver principalmente as crianças e jovens com temas de ciência e tecnologia – C&T, por meio de jogos, atividades, exposições etc. Além de sensibilizar as instituições participantes da importância da divulgação científica.

A SNC&T visa valorizar a criatividade, a inovação, a atitude científica, mostrar a importância da ciência para cada pessoa e ao mesmo tempo para todo o país. Também busca construir senso crítico sobre as pesquisas de C&T e suas implicações para sociedade. Para isso e muito mais, conta com diferentes atividades que vão desde visitas às universidades até eventos de ciência, cultura e arte.

O número de instituições participantes, de atividades promovidas e de pessoas atingidas aumenta a cada ano. Atualmente a SNC&T conta com a participação de diferentes órgãos de governo, secretarias estaduais e municipais instituições de ensino e pesquisa, ONGs, empresas, escolas, etc. Totalizando mais de 3640 instituições ligadas a C&T em todo o país².

Em 2007 com o tema “TERRA” não por coincidência *Ano Internacional do Planeta Terra*, a SNC&T destacava questões como, mudanças climáticas, espécie humana na Terra, dentre outras. Nesse ano a Semana ocorreu entre os dias 01 a 07 de outubro. O PPSJI pela primeira vez participou das atividades da SNC&T com a chamada “Um Dia no Parque” que contava com jogos lúdicos e oficinas ministradas por diversos pesquisadores. Além de várias exposições, “Tesouros do Museu Nacional”, “Rochas e Fósseis da Bacia de São José de Itaboraí” etc.

A cada ano a SNC&T busca aprofundar sobre determinadas questões associadas ao tema escolhido, no último ano 2009 “Ciência no Brasil”, o objetivo era conhecer a história da ciência no Brasil e suas especificidades de acordo com cada região. E o assunto para o próximo ano será “Ciência para o Desenvolvimento Sustentável”.

² Disponível em: <http://semanact.mct.gov.br/index.php/content/view/2320.html>

Nos últimos anos, com o apoio de diversas instituições o Parque começou a fazer parte do roteiro de diversas ações de divulgação científica, como é o caso do “Caminhos Geológicos” e da “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia”.

VI. MEMÓRIA E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO

Este trabalho é baseado no conceito da “nova museologia” que, prima por elementos como desenvolvimento local, inclusão social, divulgação científica, educação e turismo, ou seja, seu papel social é ser instrumento de desenvolvimento social e cultural, de um determinado grupo a serviço de uma sociedade democrática (Soares, 2006).

Em um cenário de pós-guerra cheio de questionamentos e movimentos, em sua maioria de ordem política, deu-se a primeira expressão pública do que seria a “Nova Museologia” em 1972, na “Mesa-Redonda de Santiago do Chile” organizada pelo ICOM³. Esse novo conceito enfatiza o papel social dos museus, intensificando a relação do território (como patrimônio) com a população. Com o desejo de construir um mundo “respeitador das suas riquezas intrínsecas”, este movimento possui preocupações de caráter cultural, social, científico, econômico e político, esse conceito é afirmado com a Declaração de Quebec em 1984, com o lançamento do Movimento Internacional da “Nova Museologia” (MIMOM)⁴.

Alguns anos depois, em 1992, em Caracas na Venezuela acontece o Seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”, onde se tratou dentre outros assuntos, sobre a análise das propostas teóricas em torno da nova museologia, a partir de uma reflexão sobre a função social do museu, o museu como início da relação com as diversas disciplinas e a gestão e captação dos

³ ICOM, Conselho Internacional de Museus

⁴ Disponível em: www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.asp

recursos financeiros. Esse seminário buscou compreender e solucionar possíveis impasses presentes na realidade cujos museus estão inseridos em pleno século 21.

A “Nova Museologia” pressupõe o fim da cultura hierarquizada onde a cultura dominante é supervalorizada em função de outras (características típicas dos museus tradicionais), com o objetivo de dar voz e atender a pluralidade de determinadas comunidades em relação à sua história e patrimônio. Como é o caso do Ecomuseu, conceito criado por Rivière e Varrine, no qual Maria Helena P. Martins (2004) define como “expressão do homem em relação à natureza que o cerca. É uma expressão do tempo, pois estabelece a ligação entre as gerações precedentes e as posteriores [...] É um patrimônio vivo”.

A partir desses conceitos, para melhor compreender a população residente dentro das delimitações (cerca) do Parque, referenciado aqui como comunidade local, se deu início a leitura de “Memória e Sociedade” Ecléa Bosi, onde ela faz o resgate da história oral de um grupo que por vezes é negado o direito de decisão e escolha, no caso, os velhos (como ela mesma os referencia).

Ecléa Bosi, por meio da história oral e da contemplação das experiências vividas, recria o passado através do relato de “indivíduos reais”. As informações levantadas por ela são consideradas pontos de vista somente na perspectiva da memória coletiva, fora isso, são realidades sociais do sistema de recordação desses velhos. Em Memória e Sociedade, Lembrança de Velhos, os depoimentos são vinculados a uma noção entranhada do trabalho e das relações sociais o que define “a classe social é a posição ocupada pelo sujeito nas relações objetivas de trabalho”.

Escrito de forma fluída, quando menos se espera, a compaixão inocente se transforma em admiração e respeito pelas formas de experiências de vida relatadas. Neste sentido, é que se dá a semelhança entre o grupo estudado por Ecléa Bosi e o grupo aqui estudado (comunidade local). Grupos oprimidos, “dependentes”, também pela tradição celebrativa da história oficial do triunfalismo

do vencedor, cujos diversos atores que contribuíram para determinada história são esquecidos ou considerados desimportantes em função de outros.⁵

Como a proposta desse projeto era a construção de um plano de divulgação voltado para a comunidade local do Parque Paleontológico de Itaboraí, fez-se necessária também a leitura de Paulo Freire, “Pedagogia da Autonomia” para possibilitar melhor entendimento sobre as relações estabelecidas entre o Parque e essa comunidade, antes do início das pesquisas. O que foi de extrema importância, contribuindo para a sensibilização do olhar sobre eles, visando a garantir uma proposta de divulgação, onde exista de fato a mobilização do público-alvo a partir do envolvimento cooperativo entre pesquisados e pesquisadores.

“É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo.” (FREIRE, 1996, p. 76)⁶

A idéia de Paulo Freire de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção” (1996) satisfaz qualquer objetivo de apropriação de um saber, cujo senso crítico se constrói junto com o aprendizado em si. Evitando dados “desconectados do concreto”, cujo uso contribui para “promoção da ingenuidade”, contempla-se a noção crítica sobre determinado assunto, sempre estimulada pelo “desenvolvimento da curiosidade crítica”.

O pensamento de Paulo Freire vai de encontro a alguns pontos do “Public understanding of Science” trabalhado por Bruce Lewenstein e Dominique Brossard⁷. O PUOS, como é chamado, busca explorar os modelos de interação entre os saberes científicos e as pessoas. Essa interseção (crítica) fica clara no modelo de déficit “Deficit Model”, que consiste em, a partir da detecção de um déficit de conhecimento, busca-se preencher essa falta por meio de transferência

⁵ BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁶ In FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. (Paz e Terra, RJ, 1996, 76.

⁷ LEWENSTEIN, Bruce & BROSSARD Dominique.

de saberes, com a pretensão de sanar o déficit e o eventual problema associado a ele. Paulo Freire exemplifica dizendo: “... o corpo humano vira corpo consciente, captador, apreendedor, transformador, criador de beleza e não espaço vazio a ser preenchido por conteúdos” (FREIRE, 1996, p.51).

Outros modelos trabalhados no PUOS também se aproximam das idéias de Paulo Freire como é o caso do “Lay Expertise Model”, modelo do conhecimento leigo, cujo conhecimento local é destacado e as experiências vividas valorizadas. Já o modelo que segue a mesma lógica do pensamento de Paulo Freire é o “Public Engagement Model” que visa a participação de diferentes grupos nas decisões sobre determinado assunto referente à área científica. Esse modelo também é conhecido “Dialogue Model”. Mais uma vez, pressupõe o diálogo, a troca.

VII. PROJETOS QUE BUSCAM ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

São muitas as experiências que hoje buscam o envolvimento, de forma participativa, de comunidades que, de alguma forma, devem se relacionar com a implementação de projetos no campo da educação, cultura, divulgação científica e conservação ambiental. Citamos alguns exemplos de sucesso, na perspectiva de apontar caminhos para a revitalização do Parque.

Espaço Ciência de Pernambuco

O Espaço Ciência de Pernambuco é um museu interativo ao ar livre, sua missão é fortalecer o saber científico, estimulando a popularização da ciência em acordo ao respeito à natureza. Sob a gerência do programa de Ação Social estão 5 projetos que visam contemplar a população da região, principalmente do entorno

do museu. Possuem em geral como público-alvo, estudantes da rede pública entre 16 e 22 anos de idade. Além de projetos de Ação Social, possuem os programas de Ação Educativa, como o Museu Fácil e o Ciência Jovem. Cada projeto possui um perfil específico:

Projeto Jardim da Ciência: curso profissionalizante na área de jardinagem, com objetivo de capacitar estudantes da rede pública de 16 a 21 anos a trabalhar profissionalmente na área de paisagismo, agronomia entre outras.

Projeto Mundo Manguê Teatro e Ciência: através da arte cênica busca estimular o interesse da população nos assuntos relacionados à ciência, tecnologia e meio ambiente. As atividades são baseadas em oficinas de teatro, com objetivo de formar multiplicadores da ciência; e Arte-monitoria, intervenções teatrais no Espaço. Em geral são 14 jovens entre 17 e 22 anos, moradores das comunidades do entorno.

Projeto Gepeto: oficina de confecção de brinquedos e jogos com tema de ciência, por alunos da rede pública e moradores da comunidade do entorno. O grupo aprende, durante o ano, além de técnicas de artesanato, a lógica e a ciência por trás do brinquedo e do jogo produzidos. Tem como objetivo, através da venda dos produtos, gerar renda para o grupo e para o projeto. Em busca de tornar o Espaço Ciência uma referência na produção de brinquedos educativos e de popularizar a ciência, a divulgação externa do projeto foi ampliada, proporcionando uma série de feiras e eventos, onde as pessoas têm possibilidade de conhecer e comprar os brinquedos e jogos produzidos no projeto.

Projeto Clicidade: busca através do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, (TIC'S), a inclusão digital e científica, além de aumentar a chance de geração renda e a empregabilidade dos alunos que concluem os módulos. O projeto se estende para outros núcleos aumentando o público atingindo, graças a inúmeros parceiros e apoiadores como, por exemplo, a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Recife e "Ong Adolescer".

Projeto Aprendizes da Ciência: tem como objetivo amenizar as dificuldades de entrada no mercado de trabalho formal. Busca-se estimular a elevação do grau de escolaridade, por meio de bolsa de estudos para pré-vestibular, por exemplo, e firmar parcerias com empresas privadas visando à recolocação dos jovens que passaram pelos projetos de ação social, no mercado de trabalho, podendo também ser integrados a equipe de funcionários do Espaço.

Projeto Ciência Jovem: feira de ciências voltada não somente para os estudantes, mas também para os professores. São 5 categorias: Iniciação à Pesquisa, podendo participar alunos de educação infantil e ensino fundamental; Divulgação Científica, para estudantes de ensino fundamental; Desenvolvimento Tecnológico e Incentivo a Pesquisa, alunos do ensino médio e Educação Científica, destinada aos professores. Com objetivo de estimular a popularização da Ciência, aumentando o reconhecimento da ciência no cotidiano dessas pessoas. O projeto existe há 15 anos, mesmo tempo do Espaço Ciência, o que demonstra a visão institucional do Espaço em relação à importância das atividades pedagógicas no processo de conscientização e de Divulgação da Ciência.

Projeto Museu Fácil: com objetivos pedagógicos, oferece oficinas a educadores e visita diferenciada ao Museu, visando prepará-los da melhor maneira possível para a visita ao Espaço e debate com seus alunos. Além de estreitar vínculos com as escolas e instituições afins. As oficinas são baseadas em procedimentos de sensibilização, reflexão e em seguida discussão de conceitos como curiosidade. Posteriormente eles participam de atividades e experimentos, gerando a vivência, o que permite melhor planejamento da visita com estudantes.

Programa ABC na Educação Científica – Mão na Massa: metodologia francesa (La Main à La Pâte) que busca estimular o uso nas escolas da ciência experimental. Contando com uma base de apoio, material de consulta, utilização de material de baixo custo, apoio e orientação de cientistas, é possível propor a

sensação da pesquisa ativa aos alunos. O projeto conta com o apoio da Academia Brasileira de Ciências e da Embaixada Francesa.⁸

A maioria dos projetos sofre com a evasão dos alunos. Os motivos são dos mais diversos: mudança de endereço, aparecimento de oportunidades de emprego, inclusão em programas sociais com bolsa, custo elevado das passagens entre outros. Esse fato gera desconforto para as equipes responsáveis pelos projetos, porém os motivos que levam às evasões devem ser investigados a fundo para assim, solucionar o problema.

Programa de educação patrimonial Trem da Vale. Vale Registrar.

Trem da Vale é um programa da empresa privada Vale, através da Fundação Vale e da FCA (Ferrovia Centro Atlântica). O projeto consiste na recuperação e restauração das estações ferroviárias e da estrada de ferro que liga a cidade de Mariana a Ouro Preto, ambas em Minas Gerais. Além do retorno da viagem entre as cidades na maria-fumaça. Porém, o projeto vai além, e propõe o resgate do “patrimônio cultural e natural das comunidades envolvidas” (Vale Registrar 2006-2007)⁹. O objetivo é despertar para o exercício de apropriação e preservação do patrimônio cultural e natural da região, estimulando ações culturais e atraindo turistas, nos moldes do turismo sustentável. Sem falar no importante papel no fortalecimento da identidade da população local, e no processo de preservação do patrimônio da região.

O programa possui como mote a Educação Patrimonial, “processo permanente e sistemático” pautado no uso que se faz dos bens culturais que compõe determinado patrimônio. Seguindo a idéia da autonomia do aprendizado, sugerida por Paulo Freire, onde “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (Paulo Freire, 1996), a

⁸ Disponível em: http://www.espacociencia.pe.gov.br/museu_facil.html

⁹ Disponível em: <http://www.tremdavale.org/>

Educação Patrimonial defende um “diálogo permanente” entre todos os agentes envolvidos: ensino formal, comunidades locais, famílias, empresas, poder público etc. O objetivo é o entendimento do “processo cultural”, gerando subsídios para o resgate da identidade e auto-estima de um grupo, consciência crítica, apropriação e preservação do patrimônio.

O projeto Trem da Vale possui três subprogramas: Vale Conhecer, Vale Promover e Vale Registrar. O Vale Conhecer está baseado na inserção do tema Patrimônio no ensino formal, através de atividades com a comunidade escolar da rede pública de Mariana e Ouro Preto. O Vale Promover, como o nome já supõe, é a promoção dos “equipamentos culturais” formais e não formais criados pelo programa, nas estações das duas cidades. Esses “equipamentos culturais” por sua vez, visam contemplar o patrimônio cultural local. Para tal, investe-se no preparo de uma equipe especializada para sua adequada utilização junto á comunidade local e turistas. Por último, e não menos importante, pelo contrário, o Vale Registrar. Devido a semelhança com a linha de desenvolvimento desta monografia, escolhemos o Vale Registrar, dentro do Programa Trem da Vale, como uma referência importante para uma possível aplicação no Parque Paleontológico.

O Vale Registrar é um projeto interdisciplinar, em que o audiovisual é utilizado em favor da valorização do patrimônio material e imaterial. Objetivo é resgatar a memória do individuo e do coletivo, por meio da história oral e promover o costume e o desenvolvimento da produção audiovisual. A disponibilização de recursos, equipamentos e acompanhamento pedagógico possibilita a produção de vídeos-documentários (curtas) sobre os bens culturais de das cidades.

As 58 entrevistas de caráter documental, registro audiovisual, foram realizadas entre março de 2006 e abril de 2007, com moradores de ambas as cidades, no Vagão Oficina de Vídeo, na Estação de Mariana e na Sala de Histórias na Estação Ouro Preto. Os locais das entrevistas foram escolhidos em função do patrimônio cultural e da grande circulação de pessoas diariamente. Foram feitos dois tipos de abordagem: História da Vida (10), resgate da memória passada e História Temática (48), cujos temas abordados foram Mineração e Ferrovia. O

tema Mineração, por sua vez, utilizou-se de sub-roteiros, com objetivo de contemplar professores da Escola de Minas da UFOP, garimpeiros e ex-funcionários da Companhia Minas da Passagem.

“Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum de conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A memória é a faculdade épica por excelência.” Memória e Sociedade. Ecléa Bosi. (BOSI, 1994, p.90)

O entrevistador e sua equipe (assistente e operador de câmera) seguem uma espécie de roteiro, que os guia e garante certa unidade dos assuntos abordados. Para construção do roteiro das entrevistas, foi realizada busca bibliográfica sobre os municípios, e temas como ferrovia e mineração. A escolha dos entrevistados foi decorrente da memória sobre o tema e o desejo de participação. Em seguida, é realizada a transcrição das entrevistas, reprodução escrita do que é falado, documento cujas informações servem como conteúdo para outros desdobramentos de pesquisas em conjunto com as notas de rodapé, que favorecem o entendimento do que está registrado.

Projeto Tamar / ICMBio.

O antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal/IBDF, atual IBAMA, criou em 1980 o Projeto Tamar, que hoje está sob a responsabilidade do órgão ambiental do governo, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade / ICMBio e sob a co-administração da Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas-Fundação Pró-Tamar.

A Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas-Fundação Pró-Tamar é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos. Em 1996, foi decretada de utilidade pública federal. Ela é responsável por funções técnico-administrativa: captação de recurso, gestão do programa de auto-sustentação entre outras.

O nome surgiu a partir da abreviação de tartaruga marinha, utilizada nas placas de identificação das tartarugas para estudos e pesquisas. O principal objetivo do projeto é a conservação, a pesquisa e o manejo de cinco espécies de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção que ocorrem em nove estados brasileiros: *Caretta caretta*, *Chelonia mydas*, *Dermochelys coriacea*, *Eretmochelys imbricata* e *Lepidochelys olivacea*). São 23 bases ao longo de 1.100km de praias, em pontos estratégicos de encontro desses animais, como por exemplo, regiões de desova e descanso.

O projeto Tamar é reconhecido, internacionalmente, pela conservação da vida marinha e inclusive por mobilizar e envolver as comunidades costeiras no seu “trabalho sócio-ambiental”. É por isso que informações sobre o projeto, e sua forma de ser, foram levantadas, visando trazer novas experiências e ou formas de trabalhar que deram certo.

Mesmo contando com patrocínios e apoios de governos estaduais e prefeituras, da iniciativa privada, de diversos tipos de instituições, inclusive internacionais e de órgãos governamentais, o projeto mantém suas bases de apoio pautadas nas comunidades locais onde atuam. O Tamar também conta o patrocínio da Petrobrás.

O Projeto conta com a participação de diferentes atores sociais, governo, instituições não governamentais, instituições de ensino, pesquisa, população do entorno etc. A cooperação entre diferentes atores sociais ajuda a entender a excelência na forma de trabalhar do projeto Tamar¹⁰.

Papel da comunidade:

Logo no início do projeto, em fase de levantamento das regiões prioritárias para conservação das tartarugas marinhas, os pesquisadores notaram a necessidade da troca com os pescadores, que possuíam o conhecimento do dia-a-dia daquela

¹⁰ Disponível em: www.tamar.org.br

região, inclusive informações fundamentais sobre o comportamento desses animais em determinadas épocas, como durante a desova, por exemplo.

Porém a maioria dos pescadores não sabia ao menos, que a pesca de tartarugas marinhas era ilegal e os jovens dessas comunidades não tinham consciência da urgência na conservação desses animais. Além disso, parte da renda das famílias dos pesquisadores era proveniente da caça desses animais e da exploração de outros recursos naturais. Visto isso, a equipe do projeto entendeu que para mudar este cenário, deveriam contribuir para possibilidades outras, de subsistência.

Solucionando o conflito de interesses:

O projeto Tamar vai além da questão biológica, trabalhando com indicadores sociais, econômicos e culturais. Depois de identificado o ponto de tensão entre o objetivo do projeto e a forma de vida dos pescadores das praias onde estavam algumas das bases do projeto (a caça predatória), decidiu-se envolver a população na conservação desses animais, por meio de ações de educação ambiental, conscientização e principalmente pelos programas de geração de serviços ou renda. Era preciso compensar essas pessoas.

A base do Tamar está no envolvimento das pessoas porque sem a participação das comunidades, programas conservacionistas estão condenadas a falhar. Para atender as expectativas das comunidades locais (moradores e pescadores), foram desenvolvidas muitas atividades de forma a agregar os diferentes interesses. Essas atividades variam de acordo com o perfil da área e do público ao qual se dirigem.

Os moradores dos vilarejos, ao longo do litoral brasileiro onde o Tamar está presente, constituem parte majoritária da equipe, cerca de 85%. Em muitos pontos de conservação, são os próprios pescadores que trabalham no monitoramento das espécies.

Totalizando aproximadamente 1300 pessoas, dentre elas 400 pescadores, são responsáveis pelos trabalhos de campo. O projeto atinge uma área de influência

de mais ou menos 25 comunidades litorâneas, de economia baseada no ecoturismo e na da extração de recursos naturais.

Todas as atividades desenvolvidas junto às populações costeiras, além da conscientização da necessidade de conservação das tartarugas marinhas, também contribuíram para a noção de cidadania, respeito e sustentabilidade.

O avançar do projeto e a cooperação das comunidades locais permitiram a inclusão de segmentos da população na economia formal, marcado pelo surgimento dos centros de visitantes, onde cada vez mais pessoas se envolvem com a causa das tartarugas marinhas.

A educação ambiental, que se estende até a educação formal associada à inserção social, foi fundamental para estimular o comprometimento da população costeira com o projeto. Ao longo do tempo, a conservação das tartarugas marinhas conquistou o grande público, atraindo turistas e visitantes de todos os lugares. Sem esquecer os suportes midiáticos, as exposições, as conferências, os folders, os vídeos institucionais etc.

Como?

O projeto apóia uma série de iniciativas que contribuem para a geração de renda e o desenvolvimento sustentável da região: creches, escolas, cursos profissionalizantes etc. Além de parcerias com cooperativas de artesanato e grupos culturais. A tradição cultural das regiões é valorizada por meio do resgate de costumes.

O projeto possui duas confecções próprias, uma em Regência/ES e outra em Pirambú/SE. Além de inserir 70 pessoas das comunidades locais próximas às bases do Tamar (na maioria mulheres e filhas dos pescadores), no mercado de trabalho formal, as confecções geram renda para o projeto em si. Produzem roupas para as lojas dos centros de visitação, os retalhos são distribuídos para o reaproveitamento através da criação de animais de pano, por exemplo. As peças produzidas são vendidas nas 10 lojas do projeto localizadas nos centros de visitas espalhados pelo Brasil. Também são vendidas peças provenientes das

bordadeiras e rendeiras que, geram renda para suas famílias e valorizam seu patrimônio cultural. Além de apoiar as manifestações culturais de diversas regiões, o Tamar oferece orientação para a organização dos grupos culturais, da organização e comercialização de produtos quando necessário. As crianças e jovens são prioridades nos projetos de educação ambiental, capacitação, inclusão social, dentre outros. São oferecidos a esse público desde creche até uma série de cursos e oficinas, inclusive aulas de surf e capoeira.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o Instituto Virtual de Paleontologia – IVP capta e aplica recursos financeiros no PPSJI em busca de sua revitalização. Porém, devido à ausência do poder público e com a falta de um conselho gestor, o IVP, decide a maioria das questões referentes ao Parque. E a informalidade nas relações entre poder público e instituições que atuam no Parque acarreta inúmeros problemas para o planejamento e desenvolvimento das ações de pesquisa e extensão.

A recente proibição de entrada dos pesquisadores no PPSJI ordenada pelo atual secretário de Indústria Comércio e Turismo. Essa proibição acarretou paralisação das atividades desenvolvidas, que dependiam do esforço e empenho de alguns (poucos) pesquisadores.

O Parque precisa ampliar sua rede de relacionamentos, envolvendo diversos grupos e instituições no seu processo de revitalização. Para a pesquisadora Maria Antonieta Rodrigues da UERJ, o Parque não possui pontos fracos, mas sim dificuldades para “criar uma infraestrutura que transmita o que efetivamente aquele patrimônio representa”.

É urgente a necessidade de formação de um conselho gestor, espaço sócio-político onde participem da tomada de decisão a associação de moradores, os comerciantes locais, diferentes esferas do poder público,

organizações não governamentais e instituições de ensino e pesquisa. Descentralizando, assim a tomada de decisão. Após instaurado o conselho gestor, a etapa seguinte é a construção de um plano de manejo, um projeto que determine o zoneamento do Parque, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico

Como já foi dito, o envolvimento da população é essencial para implementar o PPSJI, para isso algumas ações devem ser tomadas no caminho de ouvir e estabelecer o diálogo efetivo com a população do entorno. Ações essas tipificadas no PUOS¹¹, e que se aproximam das idéias de Paulo Freire como é o caso do “Lay Expertise Model”, modelo do conhecimento leigo, cujo conhecimento local é destacado e as experiências vividas valorizadas. Outro modelo que, inclusive segue a mesma lógica do pensamento de Paulo Freire, é o “Public Engagement Model” que visa a participação de diferentes grupos nas decisões sobre determinado assunto referentes à área científica. Esse modelo também é conhecido “Dialogue Model”. Mais uma vez, pressupõe o diálogo, a troca.

A ausência de relacionamento cooperativo entre comunidade do entorno, pesquisadores e poder público no processo de estruturação do Parque, criou “cercas invisíveis”, porém mais resistentes que as utilizadas para cercar a área de visitação do PPSJI.

Essas “cercas invisíveis” são decorrentes das diferentes aplicações de valor para um mesmo patrimônio: a comunidade científica reconhece e exalta a importância científica do PPSJI para a humanidade. O poder público municipal atual não deixa claro, por meio de suas posturas, o real interesse sobre o PPSJI, de modo geral o local é tratado como mais uma área a ser administrada. Para população, o espaço onde se encontra o PPSJI é entranhado de valor histórico, já que foi responsável pela era mais próspera da região, e a Lagoa de São José é a referência do local. O espaço foi apropriado pela população de forma a sanar as carências da região: moradia, local de trabalho, abastecimento

¹¹ Public understanding of Science. p30.

de água, lazer, entre outros. O PPSJI deve ser olhado como um todo, considerando e respeitando tempos, fatos e visões.

A relação entre os 3P's (Pesquisadores, População e Poder público) nunca foi trabalhada de forma participativa, sendo necessário o estabelecimento de parcerias duradouras com projetos de natureza coletiva que estabeleçam vínculos entre diferentes atores. Como é o caso da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e do projeto Caminhos de Darwin, citados nessa monografia. O que chama atenção nesses projetos que se baseiam em políticas públicas (do governo federal), na perspectiva do PPSJI, é o estreitamento das relações entre diferentes atores, ao mesmo tempo em que promovem um novo olhar, crítico e conhecedor, sobre assuntos relativamente complexos ligados a ciência. Além de ser parte integrante da filosofia dos projetos, a cooperação na definição e desenvolvimento do mesmo.

A inserção da comunidade local deve ser gradativa e pensada sob a lógica, participativa através de pesquisa-ação, envolvimento cooperativo entre pesquisador e participantes, onde se procura "identificar problemas e encontrar soluções" além de contribuir para a construção de conhecimento. Pensar em estratégias para o desenvolvimento local em associação à inserção social, é pensar em alternativas de geração de renda e serviços para a população. Seja através do suporte ao turismo científico ou da preservação do local ou uma combinação dos dois. O importante é que a população participe do desenvolvimento dessas estratégias.

A proibição de entrar no Parque de modo formal impossibilitou o desenvolvimento das entrevistas com a comunidade que reside dentro do Parque que, por sua vez, segundo pesquisadores, já apresentam resistência em dialogar com a comunidade científica. Essa etapa do trabalho era totalmente essencial para refletir sobre as necessidades e os desejos desse grupo e a partir disso, propor uma (nova) maneira de articular a preservação do meio-ambiente, a geração de renda, o bem-estar e a apropriação do PPSJI pela comunidade local.

O principal público das atividades desenvolvidas pelos pesquisadores são os jovens e as crianças. Sendo assim, como forma de sensibilizar e promover a inserção de assuntos referentes ao PPSJI nas escolas e na vida dessas pessoas ações similares ao Programa ABC na Educação Científica – Mão na Massa¹², realizado do Espaço Ciência de Pernambuco, poderiam ser integradas às atividades das escolas, inicialmente, de São José, em parceria entre a secretaria de educação de Itaboraí, o PPSJI e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia com as devidas autorizações necessárias. Esse programa estimularia o uso de assuntos relacionados à ciência e conseqüentemente ao Parque, as escolas da região poderiam participar da SNC&T apresentando temas de áreas da ciência no próprio PPSJI, construindo assim, familiaridade com os assuntos relacionados à ciência.

Nos últimos anos, com o apoio de diversas instituições, o Parque começou a fazer parte do roteiro de diversas ações de divulgação científica, como é o caso do “Caminhos Geológicos” e da “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia”. Entretanto seu envolvimento deve ser dado de forma comprometida e participativa, levando para as decisões da SNC&T os problemas atuais do PPSJI, e propondo formas de amenizá-las visto os objetivos gerais da SNC&T.

Na pesquisa realizada por Souza, algumas pessoas entrevistadas chamaram a atenção para falta de infra-estrutura e dificuldade em chegar (já que a única estrada de acesso não é asfaltada) ao Parque. Citaram o cercamento do Parque como forma de inibição, podendo ter “contribuído para a idéia de que o Parque não está aberto para visitaçãõ”. Sugeriram ações como levar as escolas ao local e apostar nas crianças, tratar a água da Lagoa e aumentar divulgação sobre o Parque e suas atividades.

Deve-se dizer que, devido à falta de envolvimento entre as partes estudadas, existe um “gap” na comunicação dos fatos (e problemas) reais. O PPSJI está em processo de revitalização, ou seja, não pode ser considerado

¹² Página 32.

produto final do esforço diário dos pesquisadores envolvidos e comprometidos. As péssimas condições de acesso é responsabilidade da prefeitura municipal, mas é possível buscar soluções para esse e outros problemas através cooperação entre comunidade científica-moradores-prefeitura.

As escolas e as crianças são os principais públicos das atividades que acontecem no Parque, e o retorno dessas ações é de médio a longo prazo.

A falta de divulgação do Parque é um fato, tanto que provocou o desenvolvimento desse trabalho. Todavia as etapas de desenvolvimento de espaços como este devem ser respeitadas para que ele se consolide ao longo do tempo. O Parque foi cercado para preservar o conteúdo científico da região, evitando entre outras coisas a entrada de animais, e a construção de novas casas dentro de suas delimitações.

Um ponto muito importante e que não foi destacado na dissertação, nem na pesquisa realizada por Souza, é que as ações e atividades realizadas pelos pesquisadores ao longo desses anos no Parque, não ocorrem de forma contínua e sistemática. São atividades pontuais trazidas “prontas”, ou seja, a população não participa da sua concepção em nenhum momento. O que pode ocasionar falta de identificação por parte a população local com determinada atividade ou jogo. Os moradores do entorno muitas vezes não se sentem contemplados com algo cuja construção ele não participou.

Foram identificados e brevemente definidos os principais públicos (Interno e externos) do Parque que precisam ser melhor conhecidos e envolvidos na construção do Parque, respeitadas as suas especificidades.

-COMUNIDADE LOCAL

Pessoas que moram dentro do Parque. Grupo estimado em 200 pessoas, incluindo 14 famílias que moram dentro de uma das antigas edificações da Companhia de Cimento Portland Mauá.

-ESCOLAS E ESTUDANTES

Segundo o Censo do IBGE de 2000, são aproximadamente 100 estabelecimentos de ensino públicos e privados de ensino médio e fundamental em Itaboraí. O mesmo Censo indica quase 45 mil alunos matriculados.

-BOLSISTAS

Alunos bolsistas vinculados à instituições de ensino e pesquisa públicos ou privados. Em geral, desenvolvem algum tipo de projeto relacionado ao Parque ou às suas áreas do conhecimento. Vão de alunos do ensino fundamental até doutorandos.

-POPULAÇÃO DE ITABORAÍ

População estimada em 215.792 habitantes. Grupo bastante heterogêneo característico de qualquer região metropolitana.

-COMUNIDADE CIENTÍFICA.

Composta por profissionais, em sua maioria, de carreira acadêmica relacionada às áreas de geologia, paleontologia e arqueologia. Em geral possuem vínculo com instituições de ensino e pesquisa públicos.

VISITANTES

Divididos entre espontâneos e organizados. O grupo de visitantes espontâneos é motivado principalmente pelo interesse pessoal, curiosidade e indicação de amigos. O grupo dos visitantes organizados faz parte de algo do tipo “excursão”, e tem interesse em conhecer algum aspecto do local, no PPSJI na maioria dos casos, aspectos científicos. Esse último grupo, é decorrente de instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas e até mesmo estabelecimentos religiosos.

-VOLUNTÁRIOS

Jovens ou adultos que dispõem de parte do seu tempo para se dedicar à atividades relacionadas ao PPSJI, sem nenhum tipo de remuneração financeira.

Os voluntários normalmente possuem interesse pessoal e/ou afetivo sobre o tema, ou simplesmente buscam exercer sua cidadania.

-PODER PÚBLICO MUNICIPAL

A prefeitura de Itaboraí. Atualmente a Secretaria responsável é a de Indústria Comércio e Turismo.

-PATROCINADORES E APOIADORES

Empresas públicas e privadas de diferentes segmentos interessadas, principalmente, (mas não somente) em agregar valor para sua marca. Seguem geralmente objetivos institucionais voltados para o marketing social que, por sua vez, visa a preservar ou melhorar o bem-estar de um determinado grupo, voltado para temas como educação, cidadania, meio ambiente, pesquisa etc. O marketing social é uma extensão do marketing que foca nos “interesses a longo prazo dos consumidores e da sociedade”. (Zenone, 2006. p65.).

Instituições de fomento à pesquisa científica e tecnológica de várias áreas do conhecimento, vinculadas ao governo. O apoio é realizado através de concessão de bolsas e ou auxílios, por meio de participação em edital, ou simples candidatura.

A inserção do Parque em políticas de desenvolvimento regional que envolvam os municípios vizinhos em roteiros de turismo científico e cultural e a criação do Plano de Manejo são medidas importantes que precisam ser construídas em audiências públicas; a institucionalização do Parque, a ativação do Conselho Gestor; o estudo dos conflitos que hoje impedem uma relação colaborativa entre pesquisadores, poder público e comunidades do entorno buscando a negociação de interesses e um objetivo comum; o envolvimento da comunidade local em projetos a serem elaborados, conjuntamente, e que apontem para a geração de trabalho, renda e conservação ambiental; estes são os fios que precisam ser tecidos para que, no futuro, sejam criadas as condições para divulgação ampla do Parque.

IX. BIBLIOGRAFIA

Anuário 2007. Análise Gestão Ambiental. Ed. Análise

BERGQVIST, L.P.; MOREIRA, A. de L. & PINTO, D.R. *Bacia de São José de Itaboraí: 75 anos de História e Ciência*. Rio de Janeiro: Serviço Geológico do Brasil – CPRM. 2006, 84p.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 ISBN 978-85-7164-393-2.

BRILHA, J. *Patrimônio Geológico Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica*. Braga: Palimage Editores. ISBN 972-8575-90-4

CAVULLA, Rondelly Soares. Relatório final de bolsa Iniciação Científica sob orientação da Dra. Rhonedes Aldora Rodrigues Perez da Paz. Mimeo, 2008. Entregue a FAPERJ referente ao processo de nº E-26/ 101.233/2008.

COELHO, T. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 2004. ISBN 85-7321-047-8.

COSTA, M.A.F & COSTA, M.F.B, *Metodologia da pesquisa. Conceitos e Técnicas*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2009. 216p. ISBN 978-85-7193-209-8.

DRUCKER, P, F. *Administrações em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. Tradução Nivaldo Montinguelli Jr. São Paulo Pionera, 1994.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. Ed Paz e Terra. São Paulo, 1996.

Guia das Unidades de Conservação Ambiental de Rio de Janeiro: IBAM/DUMA,PCRJ/SMAC, 1998. 208p.

LEWENSTEIN B. & BROSSARD, D. "Models of Public Understanding of Science". Cornell University, 2005.

MANSUR, K. *Entrevista concedida a Rondelly Soares Cavulla*. Rio de Janeiro. Janeiro de 2010. A entrevista encontra-se sob posse da autora. Não publicada.

MANSUR, K. BRITO F. *Caminhos de Darwin – Expedição cria um roteiro turístico, educacional e científico. Educação não-formal. Casa da Ciência da UFRJ, DRM 2009, mimeo.*

MANSUR, K.L & NASCIMENTO, M.R.V. *Valoração da Bacia de São José de Itaboraí como Patrimônio Paleontológico e Geológico. Paleontologia: Cenários de Vida*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2007. p 139 – 148.

-MARCONDES, M. *Marketing Cultural. Das práticas à teoria*, 2ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Ciência Moderna Ltda., 2005.

- MASSARANI, L (Org.), MOREIRA, I.C (Org.), BRITO, F (Org.). Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Forum Ciência e Cultura, 2002. 232p. Série Terra Incógnita, v1.
- MASSARANI, L (Org.); TURNEY, J (Org.); MOREIRA, I.C (Org.), Terra Incógnita: A interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: UFRJ, Casa da Ciência: FIOCRUZ, 2005 256p. Série Terra Incógnita, v4.
- PEREIRA, D, PEREIRA, P, BRILHA J. Geodiversidades. Valores e usos. Universidade do Minho, Braga, 2008. ISBN: 978-972-95255-6-8.
- Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale.
- RODRIGUES, M.A. *Entrevista concedida a Rondelly Soares Cavulla*. Rio de Janeiro. Janeiro de 2010. A entrevista encontra-se sob posse da autora. Não publicada.
- SCHOBENHAUS, C, Campos, D.A, Queiroz, E.T, Winge, M, Berbert-Born, M.L.C. Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) - Brasília 2002; 554p;
- SEPÚLVEDA M. S. Os conflitos entre natureza e cultura na implantação do Ecomuseu Ilha Grande. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro 2005. V 12. p.381-400.
- SOARES, B.C.B, Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a museologia. Revista Eletrônica Jovem Museologia: estudo sobre Museu, Museologia e Patrimônio. V 01, n. 01, p.1 – 24, agosto, 2006.
- SOUZA, Aline Rocha de. *Geoconservação e Musealização: a aproximação entre duas visões de mundo. Os múltiplos olhares para um patrimônio*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009. 155p. Orientadora: Deusana Machado.
- SOUZA, A; MACHADO, D; PONCIANO L; FARIA A; VIEIRA A & PINTO, F. Geoconservação: A preservação e valorização do patrimônio geológico. Paleontologia: Cenários de Vida. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2007, p. 79 – 87.
- Vale Registrar: catálogo de entrevistas: 2006-2007/ Santa Rosa Bureau Cultural; Coordenação: Jason Barroso Santa Rosa. Realização: Fundação Vale, 2008. 108p.
- ZANIRATO, S.H & RIBEIRO, C.W. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2006. v.26, nº51, p 251-262.
- ZENONE, L.C. Marketing Social. São Paulo: Thompson Learning, 2006. ISBN 85-221-0530-4.

www.mct.gov.br acessado em 23 de Janeiro de 2010

TV BRASIL: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2003/ep/tetxt1.htm> acessado em 10 de janeiro de 2010.

Projeto TAMAR- ICMBio. Disponível em : www.tamar.org acessado em 22 de janeiro de 2010.

DRM – RJ. Disponível em www.drm.rj.gov.br acessado em 03 de janeiro de 2010.

BRASIL. SNUC - Lei Nº 9.985, disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm acessado dia 27 de janeiro 2010.

CEDERJ disponível em http://www.cederj.edu.br/atlas/itaborai_tab.htm acessado em 27 de Janeiro 2010.

Espaço Ciência de Pernambuco. Disponível em: www.espacociencia.pe.gov.br acessado em 22 de janeiro de 2010.

Projeto Caminhos de Darwin. Disponível em: www.casadaciencia.ufrj.br/caminhosdedarwin acessado em 26 de janeiro.

SIGLAS

DRM - Departamento de Recursos Minerais.

ECO 92 - Conferência do Rio de Janeiro.

FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

ICOM - Conselho Internacional de Museus.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SIGEP - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

PPSJI – Parque Paleontológico de São José de Itaboraí.

CEVI - Centro Educacional Visconde de Itaboraí.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/MCT.

FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz.

CECERJ - Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro.

JT – Jovens Talentos.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CEDERJ - Centro de Ciências e Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro.

FCA- Ferrovia Centro Atlântica.

TIC's- Tecnologia da Informação e Comunicação.

PUOS- Public Understanding of Science.

EUA- Estados Unidos da América.

SNCT- Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

COMPERJ- Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

PIB- Produto Interno Bruto.

CENPES - Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo.

MIMOM - Movimento Internacional da Nova Museologia.